TRADUÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICO-CULTURAIS

Cristina Carneiro Rodrigues¹

Resumo: Neste artigo analisa-se a oposição entre tradução naturalizadora e tradução identificadora, a partir de duas concepções divergentes. A primeira, veiculada por Campos (3), Reiß (12) e Vermeer (15), é de que a escolha entre uma ou outra direção seria ideologicamente neutra. A segunda, defendida por Venuti (13, 14) e Meschonnic (7), de que se trata de uma opção ideologicamente engajada. As relações feitas por Reiß entre as duas direções de tradução e os conceitos de equivalência dinâmica e correspondência formal, propostos por Nida (11), são empregadas para problematizar a oposição e mostrar como a tradução é uma prática político-social relacionada ao imperialismo cultural – questão ocultada pelas teorias de tradução tradicio-

Unitermos: Teoria da tradução. Tradução naturalizadora. Tradução identificadora.

Abstract: The opposition between domesticating and foreignizing translation is analyzed from two divergent conceptions. The first one, adopted by Campos (3), Reiβ (12) and Vermeer (15), is that the choice between one or other direction is ideologically neutral. The second one, supported by Venuti (13, 14) and Meschonnic (7), asserts that the choice is ideologically engaged. The relations established by Reiß between these two translation methods and the concepts of dynamic equivalence and formal correspondence, presented by Nida (11), are employed to discuss such opposition and to show that translation is a socio-political practice which may be related to cultural imperialism - an issue which has been concealed by traditional translation theories.

Key-words: Translation theory. Domesticating method. Foreignizing method.

Desde o século XIX discute-se se a tradução deve parecer estranha, estrangeira aos leitores, ou se deve ser fluente e natural, como se o texto tivesse sido originalmente escrito naquela mesma língua. No século XX, essa questão é apresentada por Vermeer (15) como um "dilema" perante o qual o tradutor se coloca: "distanciar o texto do leitor de chegada" ou aproximá-lo do leitor, "adaptando-o aos hábitos da cultura de chegada" (p. 7). A primeira direção sugerida, a tradução identificadora, é caracterizada por tentar manter intacta a cultura do outro na tradução, preservando toda a estranheza do texto que se traduz, "adotando na língua-alvo as características lingüísticas e sócio-culturais do texto original" (12, p. 35). O segundo caminho seria o da naturalização, que é descrita como a supressão das diferenças entre as duas culturas pela conversão da cultura do outro na cultura para a qual se traduz.

Meschonnic (7) critica a transparência da tradução naturalizadora, que considera facilitadora, por ser um meio de anular a distância entre culturas e caracterizar-se como infiltração ideológica (p. 412). Venuti (13, 14) também prega a resistência à naturalização, pois a considera uma estratégia de fluência e de transparência de discurso que tem como consequência a invisibilidade do tradutor e a redução etnocêntrica do texto estrangeiro. Tanto Meschonnic quanto Venuti entendem que a direção tomada pelo tradutor em seu trabalho é uma escolha ideológica. Podemos dizer que ambos relacionam tradução e práticas político-culturais e assumem uma posição - ideológica quanto à escolha do melhor caminho para uma tradução. Outros teóricos, entretanto, não o fazem: Campos (3) e Reiß (12) apenas descrevem as duas direções que o tradutor pode seguir, sem priorizar uma ou outra, fazendo parecer que a opção é ideologicamente neutra. Para Vermeer, é apenas o objetivo do texto traduzido "que determina na a estratégia a adotar" (p. 8). As duas atitudes são conflitantes, e a primeira delas parece encaminhar essa questão, tão debatida, para rumo diverso daquele que tem sido seguido.

Uma reflexão sobre o assunto pode iniciar-se pela exposição de Reiß sobre os dois métodos e pela relação que faz deles com a teoria de tradução de Nida. De acordo com a autora, a tradução identificadora consiste na reverbalização do texto original em uma segunda língua, de modo que o leitor dessa tradução faça a leitura do texto exatamente como o faria o leitor original. Esse procedimento é, segundo Reiß, análogo ao método da correspondência formal, o "traducionês" que Nida (11, p. 12) recomenda evitar. A tradução naturalizadora, que transforma o texto nos termos do leitor, é equiparada ao método da equivalência dinâmica, sendo este o aconselhado por Nida (11, p. 22).

Ao vincular os dois caminhos às concepções de Nida, Reiß acaba apontando para dois problemas. Em primeiro lugar, Nida diz que o tradutor deve buscar a equivalência dinâmica, resgatar o sentido dado pelo original em seu contexto de produção e obter, junto aos leitores da tradução, o mesmo efeito que teve o original. Se a questão se coloca como uma escolha quanto à direção a seguir, refere-se a uma opção em termos de aplainar as diferenças culturais e tornar o texto familiar, ou imitar as estratégias do texto da língua estrangeira, mantendo as características culturais do original, sem fazer concessões ao leitor. Nesse quadro, seria difícil encaixar tanto o resgate às intenções do autor em seu contexto de produção, quanto a similaridade de efeitos nos leitores. O segundo ponto problemático é a diferenciação que Nida faz entre equivalente natural e equivalente natural mais próximo. O exemplo da distinção dado pelo autor é o sintagma demon possessed; nos dias de hoje, seu equivalente natural seria mentally distressed, mas esse termo seria

inadequado, porque "é uma reinterpretação cultural que não leva a sério o ponto de vista cultural do povo da época da Bíblia" (11, p. 13). O sintagma demon possessed seria o equivalente natural mais próximo, considerado adequado por introduzir a cultura do outro na tradução, sem contaminá-la com um deslocamento histórico-cultural. Com esse exemplo, pode-se relacionar o conceito de equivalente natural com a priorização da cultura da língua para a qual se traduz e o de equivalente natural mais próximo com a cultura da língua da qual se traduz.

A preferência dada por Nida ao "equivalente natural mais próximo" parece coerente com a noção de recuperação do contexto de escritura, visível na analogia feita entre tradução e vagões de carga, em que coloca a necessidade de todo o sentido carregado na origem chegar, sem interferências, ao seu destino (10). Com a analogia e com o exemplo dado no parágrafo anterior, podese supor que Nida propõe que se preserve, na tradução, a cultura do povo de que se traduz, sem qualquer influência externa. E isso levaria a pensar que o que Nida propõe como ideal seja uma tradução identificadora, que conserve os traços característicos do contexto em que se produziu o texto original.

Nida (10), entretanto, afirma também que "o que é relevante em relação a esse procedimento [de tradução/transporte] é que todos os componentes importantes do significado cheguem ao seu destino de modo que possam ser usados pelos receptores" (p. 190, grifo meu). Enfatiza, portanto, a leitura final, tanto que sua proposta – tradução tendo como foco o polo receptor (11, p. 1) – e seus exemplos sugerem a indicação do emprego de formas adaptadas à cultura para a qual se traduz. Essas colocações implicam um procedimento naturalizador, ou seja, a priorização da "fluência e da naturalidade" na língua para a qual se traduz e a

adaptação do texto para a cultura receptora². Assim, a relação feita por Reiß (12) entre equivalência dinâmica e tradução naturalizadora e entre correspondência formal e tradução identificadora fica prejudicada, e aponta para um distanciamento entre a teoria proposta e a prática efetiva. Nida (11) privilegia, teoricamente, as intenções do autor e o contexto de produção do texto - o material a transportar em fluxo unidirecional, sem interferências. Suas análises têm como base o texto original, e faz críticas a traduções pelo que elas não são em face desse original. Só que o que prescreve para a prática é que o tradutor amolde o texto ao leitor, ou seja, que priorize o contexto de recepção. A separação entre a teoria e a prática torna-se evidente. E é mais notável quando lembramos que a prática nunca se faz entre iguais. pois envolve, necessariamente, diversidade cultural. Entretanto, Nida (9) tenta minimizar essa diversidade, afirmando que o problema cultural na tradução da Bíblia é extremo porque a cultura nela representada é muito diferente da cultura ocidental atual. Em outros casos, segundo ele, a cultura não seria problema.

Entre suas explicações para a inexistência de conflito na tradução em geral, destacam-se duas. A primeira delas envolve a pressuposição de que haja padronização cultural entre povos que utilizam línguas provenientes do indo-europeu. O autor afirma que as traduções em geral envolvem ramos do indo-europeu, não evidenciando o problema da equivalência cultural, porque seriam produto de uma mesma cultura. Com isso, Nida está colocando certas culturas ocidentais como uma única, em oposição a todas as demais. Só que as línguas provenientes do indo-europeu incluem desde as línguas modernas derivadas do sânscrito e do persa, até as derivadas do antigo eslavo e do protogermânico, passando pelo grego e pelo latim. Assim, a generalização proposta nivela e equipara culturas profundamente

diversificadas. Além disso, postula-se, como base para a generalização, uma correspondência direta e unívoca entre língua e cultura. É fácil refutar essa supressão de diferenças: basta pensar em quantos povos diferentes falam o português. O segundo ponto que se destaca é a afirmação de que, quando há culturas diferentes envolvidas, tradução se faria de "línguas que presentam culturas simples" para "línguas que representam culturas complexas". Essas "culturas complexas" apresentariam tantas alternativas de comportamento que o tradutor poderia resolver a questão da diferença sem problemas (9, p. 90).

Esses dois pontos mostram que o enfoque central de sua proposta é o nivelamento, a supressão das diferenças e a adaptação do "mais simples" ao "mais complexo". Os exemplos apresentados em seus livros sugerem que a cultura anglo-americana é considerada a "cultura complexa". Essas colocações de Nida levam à relação entre o traduzir e o colonizar, não no sentido da propagação de valores de uma cultura considerada dominante por culturas ditas periféricas ou dependentes. No caso, a superioridade da "cultura complexa" é a superioridade do colonizador, do imperialista, o que implica, necessariamente, a inferioridade da "cultura simples", ou seja, a do colonizado.

De acordo com Nemmi (8), a ideologia do colonizador caracteriza-se pelos julgamentos em relação aos seus próprios parâmetros: sempre se consideram inferiores os costumes e os valores do colonizado. A diferença entre culturas se coloca em proveito do colonizador e em detrimento do colonizado. A proposta de Nida encaixa-se nessa ideologia de colonização e mostra que sua orientação envolve a tradução da "cultura mais simples" para a "mais complexa" nos termos desta — no caso, a cultura angloamericana. Assim, propõe, teoricamente, a conservação de valores, pois prega a fidelidade ao autor e a seu contexto, mas passa à

domesticação deles, pois a prática mostrada revela a tentativa de assimilação das "culturas menos complexas" aos termos de uma determinada religião difundida na cultura anglo-americana.

Essa contradição interna à teoria sugere, também, um problema em relação à dicotomia entre tradução identificadora e tradução naturalizadora, pois se verifica que nem sempre a tradução envolve apenas a cultura do povo que produziu o texto e a do povo que promoveu a tradução. Isso é evidente no caso da tradução da Bíblia, enfoque privilegiado por Nida. A nivelação não implica a priorização da cultura que produziu a Biblia, nem a da cultura para a qual se traduz: há uma terceira cultura envolvida, a anglo-americana. Explica-se, assim, porque Nida recomenda que a equipe de tradução da Bíblia se forme ou por um estrangeiro residente no país (o missionário) e o tradutor nacional, ou por uma equipe de tradutores nacionais assessorada pelo consultor de tradução da Bible Society (11, p. 103). Por trás da fluência do texto traduzido estaria a concepção ideológica da "cultura complexa", dominante, que saberia como ler as intenções do autor, conheceria suas condições de produção e poderia fazer o transporte para uma cultura ou para uma língua "mais simples", sabendo como dizer tudo o que fosse necessário. E, pelos exemplos dados, a tradução acaba se fazendo nos termos da ideologia cristã. Como diz Meschonnic, "para obter uma resposta comportamental (evangelizar, converter) faz-se como se Deus falasse em sua língua, para você, nos dias de hoje" (7, p. 412).

As margens tão nítidas inicialmente traçadas entre as duas direções de tradução apagam-se no momento em que a superfície de um texto traduzido mostra a "fluência", a "naturalidade" da língua e da cultura nativas, mas a base que a sustenta implica valores impostos por um terceiro, tendo como fim específico a propagação dos valores desse terceiro. Por esse ângulo, a tradução não é um mero resgate de intenções de um autor, de um contexto original, transportados em uma linguagem inteligível para o leitor. É uma atividade que envolve a interpretação de um texto estrangeiro, e tem o poder de trivializar e mesmo de excluir características culturais, na medida em que um texto pode ser apresentado seguindo as normas, os valores e as representações de uma língua considerada culturalmente dominante. Nesse sentido, a tradução mostra-se intimamente relacionada ao imperialismo decorrente do contato entre culturas, em que a mais forte economicamente exerce o domínio sobre a mais fraca.

As teorias tradicionais da tradução passam ao largo dessas questões. O ponto central delas é a busca de um método universal para traduzir e a sistematização da equivalência tradutória - em que se inclui até mesmo a suposta equivalência de efeitos -, o que leva ao apagamento do tradutor como agente do processo, ao distanciamento da prática tradutória e ao ocultamento do caráter político-social da atividade. Essas teorias tradicionais, como a proposta por Nida (9, 10, 11) e por outros autores, como Catford (4), Wilss (17) e mesmo Reiß (12), baseiam-se no pressuposto de que a tradução é um fluxo unidirecional, em que o conteúdo do original pode ser mantido na tradução sem sofrer interferências do tempo, da cultura, da ideologia e do tradutor.

Mesmo o conceito tradicional de fidelidade às intenções do autor e ao seu contexto
de produção e o apagamento do tradutor
enquanto agente do processo, promovido
por essas propostas teóricas, significam, de
acordo com Vieira (16), a univocidade imposta — de língua, de religião, de cultura —
e o silêncio do nativo, pois a univocidade é
marca do discurso autoritário, do discurso
do colonizador. A autora faz, inclusive, a
correlação entre tradução e colonização: nos
moldes tradicionais, a tradução e a cultura
colonizada são consideradas como derivati-

vas e avaliadas pelo que deixam de ser em relação ao texto ou à cultura original. Essa visão tradicional, em que se insere a dicotomia tradução identificadora/tradução naturalizadora, separa os pólos produtor e receptor e representa a tradução como um fluxo contínuo e unilateral do original para a tradução, sem refletir a interferência das culturas envolvidas, nem das convenções editoriais vigentes na época.

Mas, se, por outro lado, aceitarmos que a tradução é uma prática político-social, inserida na propagação do imperialismo cultural, perceberemos o alcance limitado das propostas teóricas tradicionais. Vimos que Nida prescreve a prática da tradução naturalizadora, mas teoriza como se o ideal de toda e qualquer tradução fosse a identificação com a origem. Pratica-se e prescreve-se a "naturalização" ao se tentar domesticar o texto estrangeiro, submetê-lo a uma moldagem ideológica, mas isso é encoberto pela desculpa de que tudo está no original e que apenas se seguem as intenções do autor. Essa dualidade é visível no texto de Thomas Drant, tradutor inglês do século XVI, analisado por Chamberlain (5) e por Arrojo (2). Drant diz que faz uma série de modificações no texto de Horácio, tornando-o adequado moralmente, mas afirma também que não alterou suas sentenças nem suas intenções. Como em tantas outras traduções, a prática da domesticação é aí dissimulada e justificada pela alegação de que se seguiu a intenção original.

A tradução, enquanto uma prática político-social, é ideológica. A definição do caminho a seguir é ideológica – e teórica (1). Dizer que é possível fazer uma tradução identificadora como definida por Reiß (12) é postular que o conteúdo do original possa chegar intato em uma outra língua, sem a contaminação pela outra cultura ou pela ideologia do tradutor. A própria dicotomia naturalizadora/identificadora implica pensar em culturas fixas, estáticas, imunes ao

passar do tempo, permanecendo intocadas pela própria relação desencadeada com a tradução. E também que seria possível espelhar uma determinada cultura em uma segunda língua, suporte de uma cultura necessariamente diferente. A concepção da polarização fundamenta-se no postulado da neutralidade do tradutor, ou seja, no impossível completo distanciamento de sua cultura e sua ideologia para a veiculação das idéias de um autor, assim como na sua impossível não contaminação pela cultura do outro que está sendo traduzida. Apesar de Vieira (16) não colocar explicitamente essa idéia, mostra a impossibilidade da não-contaminação ao se perguntar se o fato de Woodsworth ser publicado pela editora Mandacaru já não faria com que ele tivesse algo de nordestino. Com isso, aponta para uma questão sobre a qual se deve refletir: o simples fato de termos outra editora e outro lugar de publicação já não seriam sintomas da transformação e de uma forma de aculturação do texto?

No entanto, há autores, aqui representados por Venuti, que consideram indesejável essa aculturação. Ao questionar a ideologia da invisibilidade, do apagamento do tradutor, o autor propõe que se elimine o método domesticador e que apareça na tradução a diferença lingüística e cultural do texto estrangeiro³. Venuti propõe a resistência à tradução natural, fluente, exercendo uma prática que resiste — de dentro, pois escreve em inglês — à hegemonia do discurso transparente da cultura anglo-americana. Com isso pretende preservar a cultura do outro, fazendo com que a tradução pareça estranha, estrangeira.

Venuti e Nida posicionam-se em pólos teóricos opostos. Entretanto, da mesma maneira em que o texto bíblico traduzido com "fluência" e "naturalidade" mostra que sua base são os valores da cultura anglo-americana, nada garante que seu reverso, a estrangeirice do texto traduzido, conserve

intata a cultura de origem. Alguma interpenetração de culturas e ideologias é inevitável no decorrer do processo. A polarização, especialmente a prescritiva, é uma maneira de promover o ocultamento do caráter transformador e interpretativo da atividade tradutória. E também de se encobrir que o poder está em jogo: ambos os pólos estão atribuindo ao texto original o poder de definição do significado. Tanto a tradução enquanto produto acabado quanto o trabalho do tradutor são minimizados, colocados em posição secundária. E, ao se tentar prescrever como se deve traduzir, oculta-se também que esta é uma questão intimamente relacionada ao lugar em que o teórico se coloca ou aos fins a que ele visa. Nida prescreve a prática da "naturalização", encobrindo que se coloca no lugar do evangelizador, que tem como finalidade a conversão dos leitores da tradução. Venuti propõe a tradução identificadora como forma de exercer menor domínio sobre a cultura estrangeira. Vieira prestigia as traduções que façam a leitura da tradição universal e, ao mesmo tempo, do acervo local.

Venuti e Vieira aparentemente têm posições teóricas radicalmente opostas. No entanto, ambos propõem uma prática tradutória antiimperialista. Por esse prisma, estariam em consonância, em atrito com a prática prescrita por Nida.

Esse entrelaçamento teórico — e prático — mostra a dificuldade de se falar sobre processos humanos de um ângulo normativo e universalizante. E mostra também que é estéril qualquer discussão abstrata sobre qual o melhor procedimento tradutório a seguir, pois a tradução não se reduz a determinações mecânicas. Na medida em que traduzir é uma prática político-cultural que envolve interpretação, não se pode dizer que se deve naturalizar ou manter certo ar de estrangeirismo de um texto, pois nunca vai aparecer apenas um dos lados, já que a prática da tradução não é pura nem ingê-

nua. A tradução é política, é forma de colonização, é contaminação intercultural. Mas é também institucional, e nesse sentido vai se regular por certos princípios de distribuição e circulação, dependentes da época e do lugar, não modificáveis por uma determinação arbitrária ou por uma tentativa de prescrição teórica.

Jackson (6), ao analisar duas propostas, uma que privilegia a tradução naturalizadora e outra que propõe a tradução identificadora, conclui que o que ambas querem é uma interpretação precisa e correta do original. Com essa observação, podemos inferir sua crítica aos teóricos que insistem em privilegiar o texto original e que enfatizam a prescrição de métodos tradutórios. Jackson enuncia, com duas questões, outros caminhos a trilhar: "o que é traduzido? O que, no texto original, é dominado na nova língua?" (6, p. 83). Concebendo-se a tradução como uma atividade político-social, produto da interpretação de um tradutor, perceberemos que a resposta não pode ser fixa nem imutável, pois partirá do lugar – teórico e ideológico - em que nos colocarmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (2) _____. A tradução passada a limpo e a visibilidade do tradutor. *Trabalhos de lingüística aplicada*, vol. 19, jan.-jun., pp. 57-73, 1992.
- (3) CAMPOS, G. O que é tradução. São Paulo, Brasiliense, 1986 (Coleção Primeiros Passos).
- (4) CATFORD, J. C. Uma teoria lingüística da tradução. São Paulo, Cultrix, 1980.
- (5) CHAMBERLAIN, L. Gender and the metaphorics of translation. Signs: journal of womenin culture and society, vol. 13, pp. 454-472, 1988.

- (6) JACKSON, T. Theorizing translation. Sub-Stance, vol. 64, pp. 80-89, 1991.
- (7) MESCHONNIC, H. Pour la poétique II. Paris, Gallimard, 1973.
- (8) NEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- (9) NIDA, E. Linguistics and ethnology in translation problems. In: HYMES, D. (ed.). Language in culture and society: a reader in linguistics and anthropology. New York, Harper & Row, 1964
- (10) _____. Language structure and translation.
 Stanford, Stanford University Press, 1975.
- (11) _____ & TABER, C. R. The theory and practice of translation. Leiden, E. J. Brill, 1974.
- (12) REIß, K. Comprender un texto: qué significa para el traductor? In: MATTOS, D. (ed.). Estudos de tradutologia. Brasília, Kontakt, 1981, pp. 33-49.
- (13) VENUTI, L. The translator's invisibility. Criticism, vol. 28, no 2, pp. 179-212, 1986.
- (14) _____. Simpatico. Trabalhos em lingüística aplicada, vol. 19, jan.-jun., pp. 9-19, 1992.
- (15) VERMEER, H. J. Esboço de uma teoria da tradução. Porto, Asa, 1985.
- (16) VIEIRA, E. R. P. Por uma teoria pós-moderna da tradução. Belo Horizonte, UFMG-FALE, 1992 (Tese de doutoramento).
- (17) WILSS, W. The science of translation: problems and methods. Tübingen, Gunter Narr, 1982.
- Professora assistente UNESP-IBILCE São José do Rio Preto.
- 2. Nida (1975) comenta, por exemplo, que em muitas línguas com que trabalha não existe um termo para santificação, mas, nesses casos, "certamente pode-se empregar um equivalente frasal, como a lavagem do coração ou tornar o interior limpo" (p. 189). Isso significa adaptar uma expressão para o leitor a que se destina a tradução, tornando a cultura estrangeira familiar a esse leitor.
- 3. A "fluencia" e a "naturalidade" se é que há consenso

sobre o que essas palavras significam - são, de acordo com Venuti (13), marcas que definem a invisibilidade do tradutor. Para Venuti, as atitudes que marcam o apagamento do tradutor são: a resposta do leitor - que quer ler o texto como se fosse escrito na língua da

tradução – e os critérios de produção e avaliação das traduções – só aceitas pelos editores, resenhistas, se forem fluentes, parecendo refletir a personalidade, a intenção ou o significado do texto e do autor original (p. 179).